



PERÍODO REGENCIAL

(1831 – 1840)



PESTANA
O SEU CAMINHO PARA A APROVAÇÃO

PERÍODO REGENCIAL (1831 – 1840)



Pelas regras da Constituição de 1824, o Brasil seria governado por um conselho de três regentes, eleitos pelo legislativo, enquanto Pedro de Alcântara não completasse 18 anos.

PARTIDO RESTAURADOR (CARAMURUS)	Defendiam o retorno de D. Pedro I. Defendiam um regime absolutista e centralizador.	Comerciantes portugueses ; Militares de alta patente; Altos funcionários públicos ;	✓ José Bonifácio.
PARTIDO MODERADO (CHIMANGOS)	Defendiam uma monarquia centralizadora , mas sem absolutismo. Queriam <i>manter a escravidão e preservar a unidade territorial.</i>	Grandes proprietários de terras e escravos do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e da região nordestina.	✓ Padre Diogo Antônio Feijó. ✓ Evaristo da Veiga. ✓ Bernardo Pereira de Vasconcelos.
PARTIDO EXALTADO (FARROUPILHA OU JURUJUBAS)	Defendiam a descentralização do poder , pela autonomia administrativa das províncias. Muitos defendiam a <i>instalação de uma república.</i>	Profissionais liberais ; Pequenos comerciantes; Militares de baixa patente ; Pessoais que viviam nos centros urbanos.	✓ Cipriano Barata. ✓ Borges da Fonseca.

PERIODIZAÇÃO



REGÊNCIA TRINA PROVISÓRIA (07/04/1831 a 17/07/1831)

Com a abdicação de D. Pedro I, foi eleita, por um grupo de parlamentares, uma *Regência Provisória*, sob a responsabilidade dos *senadores* **Carneiro de Campos**, **Campos Vergueiro** e o **brigadeiro Francisco de Lima e Silva**.

Eles governariam até que a Assembleia Geral pudesse se reunir, após as férias dos parlamentares, para eleger os três regentes que governariam o Império.

REGÊNCIA TRINA PERMANENTE (1831 – 1834)

A Assembleia Geral elegeu a *Regência Trina Permanente*, em 17 de julho de 1831, formado pelos deputados **João Bráulio Muniz** (do nordeste) e **José da Costa de Carvalho** (do sul) e o **brigadeiro Francisco de Lima e Silva**.

De modo geral, essa regência representava o [grupo dos moderados](#).

GUARDA NACIONAL (1831)

O ministro da Justiça, o padre **Diogo Antônio Feijó**, sua principal preocupação era *garantir a ordem pública que interessava aos moderados*. Para impor a ordem, o governo precisava de uma força militar que lhe fosse fiel.

A solução encontrada foi a criação, em **18 de agosto de 1831**, a **GUARDA NACIONAL**, uma *força paramilitar (milícia) criada pelos grandes proprietários de terras*.

O governo concedia aos fazendeiros o título de CORONEL.

A Guarda Nacional atuou nas repressões das revoltas populares, além de contribuir com a *preservação das enormes propriedades dos fazendeiros e fortaleceu o poder político dos fazendeiros-coronéis*.

Por isso foi mantida até 1922.



CÓDIGO DO PROCESSO CRIMINAL (1832)

Em 29 de novembro de 1832, foi aprovado o **CÓDIGO DO PROCESSO CRIMINAL**, que deu a mais ampla *autonomia judiciária aos municípios*. Através desse novo código, o poder municipal concentrou-se nas mãos dos *juizes de paz*, eleitos pela população local, que, além dos poderes judiciários, tinha ainda o poder de polícia.

Mas esses *juizes foram facilmente controlados pelos grandes proprietários locais*, que detinham os poderes de fato, com os seus bandos armados (Guarda Nacional), e não eram punidos pelos seus crimes.



PESTANA

Em 1834, D. Pedro I faleceu em Portugal. Com a sua morte não havia sentido o Partido Restaurador e o Partido Exaltado que tiveram o seu poder reduzido.

Os Moderados dividiram-se em dois grupos:

<p>REGRESSISTAS – Centralização Contra o Ato Adicional</p>	<p>Defendiam o fortalecimento do poder Legislativo centralizado no Rio de Janeiro, e contrários a liberdade administrativa das províncias. Lutavam pela <i>manutenção da ordem pública</i> Eram chamados de CONSERVADORES.</p>
<p>PROGRESSISTAS – Descentralização Pró Ato Adicional</p>	<p>Defendiam maior autonomia administrativa das províncias – medida tomada por meio do Ato Adicional. Eram chamados de LIBERAIS.</p>

ATO ADICIONAL (1834)

Em **12 de agosto de 1834** foi aprovado o *Ato Adicional à Constituição Política do Império*, ou simplesmente, **ATO ADICIONAL**.

Com a aprovação do Ato Adicional, a divisão política se consumou.

De acordo com o Ato Adicional, a regência seria exercida por *uma única pessoa*, com mandato de quatro anos.

A Regência deixava de ser **Trina e passava a ser UNA**.

O Ato também **extinguiu o Conselho de Estado**, órgão que reunia os políticos mais conservadores, e **criou as Assembleias Legislativas Provinciais**, com poderes de fazerem leis referentes às questões locais.

O **Rio de Janeiro**, tornou-se **município neutro**.

O Ato Adicional foi considerado um **AVANÇO LIBERAL**.

Os Conservadores chamavam-no de "*código da anarquia*", porque concedia mais liberdade e **autonomia às províncias brasileiras**.



REGÊNCIA UNA DE FEIJÓ (1835-1837)

Com a determinação do Ato Adicional, realizaram-se novas eleições para a escolha da **Regência UNA**, vencidas, com pequena diferença de voto, pelo padre **Diogo Antônio Feijó**, ligado a ala Progressista (LIBERAL).

Quando ainda faltava dois anos para o término do mandato, Feijó renunciou o cargo de regente.

O AVANÇO LIBERAL

Feijó tomou posse em 12 de outubro de 1835, e **teve início as rebeliões** como a *Cabanagem, no Pará, e a Farroupilha*, no Rio Grande do Sul.

Os políticos que representavam os grandes fazendeiros estavam cada vez mais preocupados com as rebeliões que ameaçavam o seu poder e a unidade territorial do país.

Diante da oposição crescente e dos insucessos nas rebeliões, Feijó renunciou em 19 de setembro de 1837.



PESTANA

REGÊNCIA UNA DE ARAÚJO LIMA (1837-1840)

No lugar de Feijó foi eleito Pedro de **Araújo Lima**, senador pernambucano ligado aos Regressistas (CONSERVADOR).

O AVANÇO CONSERVADOR

Os regressistas diziam que a descentralização e a autonomia das províncias eram responsáveis pela desordem e pela anarquia, e por isso criaram novas leis visando a centralização do poder.

Umas delas foi a **LEI INTERPRETATIVA DO ATO ADICIONAL**, de 12 de maio de 1840, que *reduzia o poder das províncias e subordinava os órgãos da polícia e da justiça ao poder central*.



Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda.



PESTANA

O GOLPE DA MAIORIDADE (1840)

Os políticos progressistas, opondo-se a Regência de Araújo Lima, passaram a defender a ideia que o meio mais eficiente de *preservar a unidade territorial* e ampliar o poder central seria transferir o poder para as mãos do príncipe Pedro de Alcântara, que *ainda era menor de idade*.

Foi então, fundado o **CLUBE DA MAIORIDADE**, organização política que tinha o objetivo de lutar pela **antecipação da maioridade de Pedro de Alcântara** junto à Assembleia Nacional.

Em 1840, a Assembleia Nacional, aprovou o conhecido episódio “**O GOLPE DA MAIORIDADE**”.

Pedro de Alcântara, com 15 anos incompletos, foi coroado com o título de D. Pedro II em 23 de julho de 1840.

Iniciava-se o **SEGUNDO REINADO** (1840-1889)



PESTANA

A antecipação da maioria, entretanto, foi maquinada e posta em prática, *pelos liberais*, que, desde a renúncia de Feijó em 1837, haviam sido jogados para fora do poder pelos regressistas.

Tratou-se de **um golpe**.

Essa manobra política possibilitou *o retorno dos liberais ao poder* e teve como consequência *a afirmação da aristocracia rural* e o estabelecimento de sua *dominação sobre todo o país*.

Como a burguesia, na Europa, ao chegar no poder abandonou o ideal revolucionário, os grandes proprietários de terras e escravos (**elite brasileira**) haviam lutado contra o domínio colonial, mas adotaram uma prática **CONSERVADORA, PATRIARCAL, MORALISTA** e anti-revolucionária.



01) Dos diversos momentos, durante o período das regências (1831-1840), as divergências entre os indivíduos de posses quanto à forma de governar o Brasil, de modo a preservar seus interesses, originaram três tendências políticas dentre as quais pode-se citar o grupo

(A) Liberal Exaltado ou Chimango, que defendia a ordem vigente, baseada na monarquia centralizada e na escravidão como forma de fortalecer sua posição enquanto produtores rurais no Brasil.

(B) Restaurador ou Caramuru, que defendia a volta de D. Pedro I ao Brasil, sendo formado por comerciantes portugueses, militares conservadores e altos funcionários públicos.

(C) Liberal Exaltado ou Caramuru, de tendência conservadora, defendiam a submissão das províncias garantindo, com isso, um governo centralizado nas mãos do imperador.

(D) Liberal Moderado ou Chimango, que defendia a volta de D. Pedro I ao Brasil e contava com o jornal O Liberal como veículo de divulgação de suas ideias.

(E) Restaurador ou Caramuru, que defendia unicamente a ordem vigente, baseada na monarquia e na escravidão, sendo liderado por José Bonifácio.



02) Sobre a Guarda Nacional, é correto afirmar que:

- A) foi criada logo após o início da Guerra do Paraguai e complementou o efetivo brasileiro, destacando-se na batalha do Curupaiti.
- B) era um corpo de elite do Exército Brasileiro também conhecido como “Voluntários da Pátria” e que se tornou famoso devido a repressão aos cabanos.
- C) era uma força paramilitar, criada durante o Primeiro Reinado, e que teve uma importância participação na consolidação da independência brasileira.
- D) era formada por milícias civis, comandadas pelos grandes fazendeiros, e um de seus objetivos era reprimir movimentos sociais que ameaçassem o governo e as elites.
- E) Foi criada pelo ministro da Justiça Antônio Feijó e foi extinta durante o Segundo Reinado, após participação de vários motins ocorridos no Rio de Janeiro.

